

# A Cooperativa Indústria Social. Uma experiência coletiva na monarquia constitucional

*The Indústria Social cooperative. A collective experience in the constitutional monarchy*

**JOÃO LÁZARO**

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL)

joaodizlazar@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0480-5589>

Texto recebido em / Text submitted on: 15/01/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 21/09/2021

**Resumo.** Neste artigo pretendemos analisar a cooperativa Indústria Social, uma experiência coletiva no mundo operário português, que despontou de um amplo movimento grevista realizado entre 1872 e 1873. Durante décadas a cooperativa Indústria Social foi um estabelecimento fabril do sector do ferro com grande relevo na História do Trabalho. Recorrendo à imprensa da época, à correspondência dos socialistas e ao inquérito industrial de 1881, abordamos a origem da fábrica, o modelo de gestão, o património industrial, a produção, as condições de trabalho e, não menos importante, o que esta experiência representava como sinal da chegada de novos tempos na indústria e na sociedade portuguesa. O texto aprofunda a influência e as ligações entre o movimento operário e a fábrica.

**Palavras-chaves.** Cooperativa Indústria Social, Movimento Operário, Socialismo, Industrialização, cooperativismo.

**Abstract.** In this article, we focus on the history of the Indústria Social cooperative, an collective experience in the Portuguese workers' world, which emerged from a strike movement carried out between 1872 and 1873. For decades the Cooperative Indústria Social was an industrial establishment in the iron sector, with great relevance in the History of the Work. Using the newspapers, the correspondence of the socialists and the industrial survey of 1881, we approached the origin of the factory, the management model, the industrial heritage, the production, the working conditions and, not least, what this experience represented as a sign of the arrival of new times in industry and Portuguese society.

This paper deepens the influence and links between the labor movement and the factory.

**Keywords.** Cooperative Indústria Social, Labor movement, Socialism, Industrialization, Cooperativism.

## A origem numa nebulosa grevista

A década de 70 de Oitocentos é encarada por muitos académicos como um marco para a história do movimento operário. Por exemplo, Victor de Sá escreveu que o mesmo “se formou desde 1871” com a importante contribuição

da *Associação Internacional dos Trabalhadores* (SÁ 1978: 31). Para José Tengarrinha, foi nesta década que “os jornais operários tomaram [uma] nova feição”, nomeadamente com a publicação do *O Pensamento Social* (1872) e, mais tarde, *O Protesto* (1875) (TENGARRINHA 1989: 241). Outros autores caracterizam o período como uma nova fase do movimento operário, marcada pelo fim da colaboração com o constitucionalismo e o início de uma *luta de classes* (OLIVEIRA 1973; FONSECA 1973). De facto, esta década corresponde à inauguração de uma ofensiva claramente reivindicativa e operária, uma fase dinamizada por um novo tipo de associativismo que, por seu turno, acomoda uma ideia de resistência que vai confluir no aparecimento das primeiras associações de resistência em Portugal. A emergência de um novo modelo associativo resultou na *Associação Protectora do Trabalho Nacional* e, particularmente, na *Associação Fraternidade Operária*. Deste modo, foi estabelecida a ideia de romper com o associativismo ordeiro, marcado pela longa vigência do *Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas* (1852) que agrupava o movimento operário através de uma forte inércia ideológica, “onde a burguesia consegue reservar para si o fundamental da direção” (LÁZARO 2014: 191). No âmbito da transformação esteve o aparecimento de uma nova geração de socialistas que, ao substituir a antiga geração da década de 50, destronou o *socialismo utópico* e ordeiro. São nomes como os de José Fontana, Azedo Gneco, Antero de Quental, Jaime Batalha Reis, Eduardo Maia, João Bonança, Nobre França, entre outros, que despontaram nas fileiras do movimento operário a necessidade de aprofundar as ideias socialistas, abordar a Comuna de Paris de 1871, explorar as ideias da *Primeira Internacional* e confrontar o liberalismo, de modo a apresentar uma resposta à *questão social*. Esta nova geração estabeleceu uma dinâmica pioneira que, por um lado, resultou na implosão do *Centro Promotor* e, por outro, na implantação do ideário da *Associação Internacional dos Trabalhadores*, pois a chegada de três internacionalistas espanhóis a Lisboa, em junho de 1871, “coincide com uma clivagem política no *Centro Promotor*” (LÁZARO 2019: 4).

O socialismo rejuvenescido conseguiu elaborar um novo modelo associativo e, deste modo, tentou de imediato aliciar os trabalhadores a aderir às novas ideias e práticas. Logo em 1872, a *Fraternidade Operária* recorreu à “greve como um meio importante de resistência” (PEREIRA 2020: 138), uma prática proibida pelo Código Penal mas, na verdade, não seria nenhuma novidade em Portugal, inclusive o *Centro Promotor* já tinha participado, em novembro de 1871, na greve dos trabalhadores da fábrica de lanifícios de Oeiras. No entanto, as greves existentes em Portugal detiveram um carácter pontual e até espontâneo e nunca se tinha tentado impor uma paralisação laboral com

tamanha grandeza. O desenvolvimento de um potencial revolucionário nos trabalhadores portugueses foi lento, dada a ausência de um *operariado moderno*. Na realidade, o modelo do proletariado fabril europeu não era maioritário entre os trabalhadores durante boa parte do século XIX (BATALHA 1992: 116).

No entanto, em Portugal verifica-se que momentaneamente foram estabelecidas condições objetivas para um amplo, e até moderno, movimento grevista com repercussões no Porto e em Lisboa. A *Fraternidade Operária* avançou para uma vaga grevista que conseguiu ultrapassar fronteiras geográficas e unir sectores. A acompanhar a greve esteve a articulação de um discurso subjacente na solidariedade e na identidade e, deste modo, em 1872-1873 ocorreu uma musculada mobilização grevista no sector dos tabacos, no sector dos fundidores de metais, nas ligações marítimas entre as margens do Tejo, nos caminhos de ferro e em algumas tipografias. O movimento grevista integrou inclusive mulheres trabalhadoras, com as operárias da fábrica de tabacos de Xabregas a suspenderem o trabalho ao reivindicarem um pagamento semelhante aos homens (*O Pensamento Social*, 15 de dezembro de 1872: 3). Em Portugal, a germinação do movimento grevista não deixa de estar enquadrada no “maciço movimento industrial e sindical, que a Internacional ajudou sistematicamente a formar, pelo menos a partir de 1866” (HOBSBWAM 1982: 126).

O caderno reivindicativo apresentado pelo movimento grevista, de uma forma geral, resume-se em três pontos essenciais: defendia a melhoria das condições de trabalho, o aumento do salário e a diminuição da jornada diária. Perante a postura dos trabalhadores, os poderes políticos optaram por movimentar as forças da ordem com o intuito de monitorizar a situação. No entanto, no Porto, as reuniões da *Fraternidade Operária* foram proibidas e os associados Silva Lisboa e Miguel Mendes acabaram detidos sob o pretexto de envolvimento na greve (CASTRO 1999: 23). A greve dos caminhos-de-ferro durou pouco tempo e desencadeou uma forte inquietação no poder político e na opinião pública, mas, com o seu desfecho, encerrou-se este período reivindicativo.

Ao longo desta fase de agitação social foi visível um aceso debate no espaço público em torno do papel da *Fraternidade Operária* e as suspeitas da influência do internacionalismo em Portugal. Por exemplo, o jornal *Diário Popular* acusou o socialismo de iludir os trabalhadores com falsas promessas, “embrutecendo-os finalmente em vez de os civilizar!” (*O Diário Popular*, 13 de fevereiro de 1873: 3). Perante os ataques da imprensa, os socialistas exclamavam que a reação seria meramente sintomática do “receio pelo resultado da luta travada entre o capital e o trabalho” (*O Pensamento Social*, 10 de novembro de 1872: 1). De facto, no espectro da nebulosa grevista esteve a *Fraternidade Operária* que,

ao inaugurar uma greve desta envergadura, elevou a situação para patamares desconhecidos e com desfechos imprevisíveis. O historiador José Tengarrinha assinala 33 greves durante o ano de 1872 (TENGARRINHA 1981: 586). Toda esta situação é caracterizada por ser um confronto entre trabalhadores e patrões com novos contornos que vão alterar a estrutura do movimento operário e a percepção que o constitucionalismo tem sobre o mesmo.

O movimento grevista conseguiu alcançar vitórias pontuais, mas o seu promotor acabou por sair desgastado e em crise, levando à necessidade de redesenhar a sua estrutura. Nesta dialética, o movimento operário foi forçado a unificar as associações de resistências, dando origem à *Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa*. O jornal socialista *O Pensamento Social* suspendeu a sua publicação, pois os recursos financeiros tinham sido desviados para apoiar os grevistas. Em setembro de 1872, Nobre França escreveu a Engels a demonstrar confiança e um forte entusiasmo na greve dos fundidores, ao fazer elogios à postura e à solidariedade entre os trabalhadores portugueses (Carta de Nobre França para Engels, 17 de setembro de 1872: 34). No entanto, mais tarde, o mesmo Nobre França reconhecia a Magalhães Lima o fracasso das greves, salientando que em 1873 o “movimento tinha de ser impulsionado de novo” (Carta de Nobre França para Magalhães Lima, 1892: 6). Em 1876, Azedo Gneco anunciou a mesma tese a Engels, frisando que em 1872-73 a “ideia das associações de resistência era greve a todo o custo” (Carta de Azedo Gneco para Engels, 18 de janeiro de 1876: 5). A greve nos caminhos de ferro, realizada a janeiro de 1873, foi emblemática pelos danos infligidos na organização do movimento operário e, segundo José Barreto, corresponde à única paralisação dos comboios em Portugal durante a Monarquia (BARRETO 1993: 3). De facto, depois de 1873, a mobilização política no sector ferroviário estagnou e enfrentou sérios entraves. Num livro de homenagem a José Fontana foi escrito que o fracasso dessa greve contribuiu para o seu suicídio (AAVV 1892: 14). Na sessão de 13 de maio de 1895 da *Federação das Associações de Classe*, o período grevista de 1872 foi recordado como um desastre para o movimento operário que esgotou “os cofres das associações operários que estavam organizadas” (ANTT, PSP, NC 002: fl. 50).

Neste contexto grevista convém, no entanto, apontar o olhar para os acontecimentos na Companhia Perseverança, propriedade de José Pedro Colares Júnior. Esta fábrica acaba por simbolizar a oposição à forma de protesto dos trabalhadores, assumindo a vanguarda da resistência patronal perante as exigências dos trabalhadores e as manobras políticas da *Fraternidade Operária*. O industrial será um importante interveniente no espaço público, veiculando na imprensa a tese da influência estrangeira nos acontecimentos: “talvez alguém de

fora do país tenha interesse em que aqueles operários não trabalhem” (*Diário de Notícias*, 20 de setembro de 1872: 2).

A meio de outubro de 1872, a imprensa divulgou que a fábrica Perseverança pretendia restabelecer a produção, mas apenas com os trabalhadores não associados à *Fraternidade Operária*, ao recusar-se a integrar os grevistas, sendo a única empresa do sector da fundição a não ceder às exigências dos trabalhadores. Nesta fábrica os serões não são abolidos e ocorre a recusa por parte do patrão em aceitar os trabalhadores ligados à greve. A solução do movimento operário passou por erguer uma cooperativa operária. No início de novembro de 1872, a assembleia da *Fraternidade Operária* deliberou que a associação de todos os ofícios do ferro constituísse uma fábrica de fundição, “obtendo-se o capital por meio de ações subscritas pela classe operária” (*O Diário Popular*, 6 de novembro de 1872: 2).

### **“A fábrica que era propriedade de todos e de ninguém”**

A Indústria Social foi uma das primeiras experiências que resultaram da necessidade dos trabalhadores e da vontade do movimento operário. A edificação da fábrica representou um momento criativo que possibilitou o acesso ao trabalho e à respetiva subsistência aos grevistas e, por tudo isto, acaba transformada num espaço dotado de uma enorme simbologia e um grande significado para o movimento operário e para o campo socialista que se agrupam em torno desse projeto. Segundo o dirigente Nobre França, a experiência da fábrica pretendeu reacender um certo “movimento de animação” (Carta de Nobre França para Engels, 17 de agosto de 1873: 40). No fundo, o projeto permitiu evitar uma maior dispersão dos trabalhadores e das associações no rescaldo do período grevista e, não menos importante, ofereceu-lhes um sentimento de esperança.

A estrutura da cooperativa foi debatida no final de 1872 com alto patrocínio da *Fraternidade Operária* e da secção portuguesa da *Internacional*. A 20 de novembro, *O Pensamento Social* anunciou a conclusão do projeto, evidenciando que nenhum dos signatários iniciais podia ser considerado proprietário da totalidade ou de uma parte do estabelecimento. Por outro lado, ficava assegurada a proteção dos signatários perante eventuais danos ou prejuízos da cooperativa. Todavia, estava prevista uma responsabilização para os elementos da direção em caso de gestão danosa. O modelo de gestão previa uma divisão de lucros, conquanto, nos primeiros dois anos, fossem direcionados para um fundo destinado à amortização das cédulas e ao desenvolvimento, manutenção e

conservação da fábrica. Somente em 1874 foi prevista uma divisão dos lucros que abrangesse as “classes da Fraternidade, ou associações semelhantes” (*O Pensamento Social*, 15 de dezembro de 1872: 2). O campo socialista conseguiu estabelecer uma estratégia de comunicação em torno da cooperativa que a tornou atraente no mundo do trabalho. Os trabalhadores estariam motivados e empenhados no projeto, como se constata num anúncio da classe de pedreiros, que “tinham resolvido prestar gratuitamente o seu trabalho para as obras da [...] fábrica social” (*O Pensamento Social*, 22 de dezembro de 1872: 3). A onda de solidariedade estimulada durante o período grevista foi muito sentida no mundo do trabalho e, de facto, a ideia não deixou de ser um meio pertinente para estimular os trabalhadores a aderir a uma atitude insurrecional e transformadora.

A lógica singular da questão da propriedade da fábrica era patente nos seus estatutos onde se declarava que a mesma não estava na posse, ou no domínio dos subscritores, mas que, na mesma medida, também não era propriedade dos trabalhadores. À luz do projeto, a fábrica era uma “propriedade social; de todos; de ninguém” (*O Pensamento Social*, 15 de dezembro de 1872: 2). Em termos de organização, previa-se a existência de uma comissão de cinco membros que tinha a responsabilidade da gerência e organização do quotidiano da cooperativa no primeiro ano. Depois deste tempo, era obrigatório organizar eleições internas com vista à nomeação de uma nova direção, com funções de representação oficial da cooperativa, direção dos trabalhos e gestão interna da fábrica.

A cooperativa Indústria Social foi impulsionada de uma forma decisiva por dois históricos socialistas de gerações distintas: José Fontana e Sousa Brandão. O primeiro, um jovem emigrante suíço com ideias radicais que trabalhava na livraria Bertrand, responsável pela fundação da *Fraternidade Operária* e um dos impulsionadores da *Internacional* em Portugal. O segundo, o engenheiro militar Sousa Brandão, era um conhecido militante do movimento operário, com uma larga experiência no associativismo e no campo do socialismo. Na sua bagagem estava a integração na primeira geração de socialistas, que despontou na década de 50 de Oitocentos, sendo um divulgador das ideias do *socialismo utópico* e membro fundador do *Centro Promotor*. No 20.º aniversário da cooperativa, em dezembro de 1892, foram inaugurados os retratos de Sousa Brandão e José Fontana na fábrica. O republicano Magalhães Lima, nas suas memórias, aborda os encontros com a elite socialista, descrevendo Sousa Brandão como o “fundador da cooperativa Indústria Social” (LIMA 1985: 48).

O próprio Sousa Brandão, que foi eleito para a gerência da fábrica em 1890, deu um proeminente destaque a José Fontana na concretização do projeto, classificando-o como o “primeiro exemplo [...] da propriedade coletiva”

(AAVV 1892: 12). Ao consultar o *Inquérito Industrial* de 1881, é possível verificar que ocorreu um empréstimo de Sousa Brandão no valor de 1 000\$000 réis, constituindo-se num valor monetário fundamental para o avanço do projeto. Mais tarde, em 1878, houve a necessidade de deslocação da fábrica para outras instalações e, mais uma vez, a ajuda financeira do engenheiro foi decisiva (*Inquérito Industrial* 1881: 229). Em 1880, Sousa Brandão é responsável por alguns artigos publicados na imprensa sobre a história das sociedades cooperativas em Portugal, com destaque para a Indústria Social. O histórico socialista escreveu que o capital primitivo, composto por cédulas de 100 réis, tinha sido adquirido por vários operários, “principalmente os das artes de ferro” (*Comércio de Portugal*, 15 de maio de 1880: 1), mas também por alguns capitalistas e proprietários.

José Fontana aproveitou os canais privados de comunicação da *Internacional* para pedir ajuda e influência junto ao Conselho Geral. Em janeiro de 1873 entrou em contacto com Engels para solicitar informação técnica sobre uma máquina de fresar e um torno. Com o propósito de realizar uma análise aos dois equipamentos, solicitou um “homem hábil, um engenheiro ou bom operário, em Leeds” (Carta de José Fontana para Engels, 24 de janeiro de 1873: 18). O Conselho Geral da *Internacional* foi informado de que o propósito seria ajudar a recém-formada Indústria Social, um estabelecimento formado por 80 trabalhadores que tinham integrado o movimento grevista.

Os estatutos da Indústria Social, aprovados na assembleia geral de 27 de junho de 1873, mereceram a autorização governamental e foram aprovados em *Diário de Governo* a 11 de setembro. Oficialmente, e legalmente, o contrato confirmava que “nenhum dos signatários [do] contrato poderá considerar-se proprietário no todo ou em parte da oficina” (*Diário do Governo*, 11 de setembro de 1873: 1412). Nos estatutos ficou redigido que o fim da cooperativa estabelecia a produção de metais para “executar todos os produtos destas artes, segundo os meios, as máquinas e instrumentos” (*Diário do Governo*, 11 de setembro de 1873: 1412) e, no campo referente à divisão dos lucros, a menção à Fraternidade Operária foi substituída por associações de operários.

Em 1876 surgiram na esfera pública notícias que relembavam o período grevista e a existência da cooperativa Indústria Social foi citada como explicação para a decisão de José Colares em abolir os serões no seu estabelecimento. A imprensa socialista salientou que o proprietário tinha sido forçado a alterar a sua posição devido ao mercado e à concorrência, uma vez que vários trabalhadores optaram por ingressar na Indústria Social, a nova fábrica de fundição que não tinha serões.

Mais tarde, em agosto de 1877, o jornal *O Protesto* publicou notícias sobre

a refundação na cooperativa, salientando que a instituição tinha deixado de ser aquela “que se instituiu em 1872; mas uma associação de trabalho que aceitou os encargos daquela” (*O Protesto*, agosto de 1877, n.º 106: 1). O periódico ligado ao *Partido Socialista* relatou divergências internas sobre a direção da fábrica, ao enaltecer a necessidade de continuar a existir uma ligação da mesma com o movimento associativo e a estrutura partidária do socialismo. O jornal denunciou uma tentativa de rasgar os códigos de conduta e ética da fábrica, com a tentativa de realizar um divórcio entre a cooperativa e as associações operárias. A imprensa socialista anuncia que durante algum tempo os membros da instituição, que tinham adquirido o direito de explorar o estabelecimento através do pagamento das quotas, não estavam integrados nas fileiras do movimento operário. Perante esta situação, e embora não sejam citados nomes concretos, os dirigentes socialistas defendiam a anulação do contrato e a necessidade de uma reorganização na direção da fábrica. Esta atitude foi relatada pelo próprio Azedo Gneco a Engels, que chegou a descrever as cooperativas como “nocivas à classe trabalhadora” (Carta de Azedo Gneco para Engels, 18 de janeiro de 1876: 9). O campo socialista alertou para o perigo de retirar da fábrica a ideia fundadora assente numa responsabilidade social e, por isso, reivindicou um regresso das associações operárias à esfera da cooperativa, nomeadamente, através da *Associação dos Trabalhadores* e do *Partido Socialista*.

A reformulação dos estatutos foi concretizada a 23 de julho de 1878 por iniciativa de figuras ligadas ao *Partido Socialista*, particularmente Azedo Gneco e Conceição Fernandes. O artigo 3.º salvaguardava a ideia coletiva da fábrica e impossibilitava os sócios de “reclamar parcela alguma da cooperativa” (*Diário do Governo*, 9 de junho de 1879: 1321). No entanto, ainda na questão da divisão dos lucros, foi ocultada a referência a outras associações. Mais tarde, a junho de 1888, elaborou-se um novo compromisso estatutário por iniciativa de Sousa Brandão, que colocou a associação como “uma propriedade coletiva, composta de terrenos, edifícios, máquinas, ferramentas, e fabricar em cooperação e em proveito dos sócios” (*O Protesto*, 3 de junho de 1888: 2).

Ao longo da sua história, a cooperativa vai ter sempre uma importante e privilegiada ligação com o movimento socialista. Em setembro de 1916, o Conselho Central do *Partido Socialista Português* escreveu aos gerentes para agradecer a quantia de quarenta escudos para o jornal *O Combate*, frisando que os instituidores da fábrica estavam “ligados ao início do movimento operário em Portugal” (ANTT, PSP, NC 038: fl. 4).

## A cooperativa e a produção

Em janeiro de 1877 ocorreu o primeiro congresso dos socialistas portugueses em Lisboa, um encontro que contou com a participação de quatro cooperativas representadas por dez delegados. Neste leque esteve a cooperativa Indústria Social representada por Carlos Victor Ferreira Alves (serralheiro), que em 1881 detinha o cargo de gerente da fábrica (mestre geral), e por Francisco Carlos Rocha (carpinteiro de moldes). Além disto, a própria secção de fundidores, com três delegados presentes no congresso, apresentou um relatório que incidiu sobre a atividade do sector em geral e da cooperativa em particular. O documento exibido frisou que a Indústria Social empregava 15 fundidores, com salários fixados entre os 700 a 1\$000 réis e um horário de trabalho a rondar as 9-10 horas (AAVV 1877: 9). Quanto aos gastos gerais da atividade da empresa, o livro de Costa Goodolphim apontou, já em 1875, um total de 675\$245 réis (GOODOLPHIM 1974: 177).

À luz do pensamento de Sousa Brandão, a cooperativa, em 1880, continuaria firme no princípio fundador da abolição dos serões (*Comércio de Portugal*, 9 de junho de 1880: 1). Porém, um pouco mais tarde, o histórico socialista revelou algumas limitações e preocupações nas condições de trabalho vigentes no estabelecimento. Não se pretendia apenas acabar com o trabalho noturno, mas ambicionar-se-ia uma redução no tempo de produção. Um dos objetivos essenciais se fixou na implantação de uma gestão de nove horas de trabalho, pretendendo-se ainda o alcance de resultados semelhantes à produção das fábricas que laboravam 11 horas. Ou seja, a cooperativa queria demonstrar não existir propriamente uma relação entre o horário de trabalho e a produção, sendo possível trabalhar menos horas e manter a produtividade. Perante este propósito, Sousa Brandão reconhece o fracasso dos resultados alcançados e, além disto, afirmou existirem problemas no rendimento líquido da produção, que “não chegava para satisfazer os compromissos” (*Comércio de Portugal*, 14 de novembro de 1886: 1). No texto do referido engenheiro era evidente que a cooperativa estava em dificuldades, vivendo uma situação com arrestos parciais e alguns processos judiciais.

Ainda que tenha limitações evidentes, o inquérito de 1881 é de todos os documentos que conhecemos aquele com mais detalhe e informação sobre a vida e a produção da fábrica. A visita dos inquiridores ao estabelecimento fabril, sediado na Rua Vinte e Quatro de Julho, ocorreu a 12 de setembro de 1881 e a resposta ao questionário ficou a cargo de António Joaquim de Oliveira e do gerente da fábrica (mestre geral) Carlos Victor Ferreira Alves<sup>1</sup>. A informação

---

<sup>1</sup> Em 1894 a imprensa socialista veicula a notícia que Carlos Alves abandonou a Indústria Social para ocupar a gerência da Fábrica Vulcano, uma das instituições envolvidas no movimento grevista de 1872.

prestada revela que o capital primitivo tinha sido constituído por 500 cédulas de 1\$500 réis. Em 1881, este alcançava os 40 000\$000 réis, com a particularidade do capital fixo se estabelecer somente nos 7 869\$502 réis. Para dar resposta à produção, a gerência tinha a necessidade de encomendar do estrangeiro toda a matéria prima, desde o ferro (coado e laminado), o latão, o bronze, o zinco e o carvão (*Inquérito Industrial* 1881: 230).

Em relação ao equipamento da produção, a mesma fonte indica que na fábrica existia uma máquina fixa montada no próprio estabelecimento (com a força de quatro cavalos), dois tornos mecânicos, dois engenhos de furar (um deles feito em Portugal), um guindaste, vários fornos e forjas, diversos aparelhos de serralheira, ferraria, os respetivos moldes e muitas ferramentas próprias do ofício. No referido ano, a fábrica era constituída por 51 trabalhadores, repartidos por 44 operários e 7 menores (aprendizes), que trabalhavam 11 horas no verão e oito no inverno. A média do salário estava fixada nos 800 réis diários, um montante que, em comparação aos outros estabelecimentos do sector citados no inquérito, não deixava de ser significativo. Por exemplo, a Perseverança e a Vulcano apresentaram valores mais baixos: na primeira situados nos 600-700 réis e na segunda nos 600 réis. Na oficina de Dauphinet e Castay e na fábrica Burnay os valores seriam mais altos: na primeira, o salário estava fixado em 1\$000 réis e na segunda entre os 850-900 réis para os fundidores (*Inquérito Industrial* 1881: 230).

Sobre o trabalho técnico e superior, as respostas ao inquérito mostram que todos os mestres tinham a nacionalidade portuguesa. O engenheiro ganhava 2\$250 réis diários, o encarregado da fundição 1\$500 réis e o da serralheira 1\$200 réis. A informação fornecida pela fábrica Vulcano permite apurar que o valor pago ao cargo de engenheiro era substancialmente baixo em comparação com a Indústria Social. Na Vulcano, o mesmo posto tinha um ordenado diário de 1\$000 réis e do lugar de gerente fixava-se em 1\$200 réis.

A fábrica admitia menores como aprendizes a partir dos 12 anos, com os filhos dos associados a terem vantagem numa eventual contratação, detendo como salário 200 réis e horas de trabalho semelhantes às dos operários. Em relação à instrução, o inquérito relata que dos sete menores ao serviço na fábrica apenas dois não sabiam ler. O estabelecimento permitia uma licença, sem perda de salário, para a frequência de “algumas horas por dia” de aulas da instrução primária (*Inquérito Industrial* 1881: 230). Em relação aos operários adultos, dos 44 operários indicados somente cinco não sabiam ler. Outras informações relevantes são apontadas: os trabalhadores integravam diversas associações de classe; a fábrica não detinha habitação para os mesmos; em caso de doença, continuavam a receber 40% do valor do seu ordenado.

Em resposta ao inquérito, os responsáveis da cooperativa afirmavam que todo o processo para atingir o cargo de oficial demoraria cinco anos. Desde a fundação da cooperativa, dos 45 aprendizes apenas quatro tinham concluído o processo. Por norma, os mesmos acabavam por procurar trabalho noutras fábricas.

Sobre a questão da repartição dos lucros, sabemos que até 1881 não foram divididos entre os trabalhadores, dada a canalização desse valor para o “desenvolvimento da fábrica” (*Inquérito Industrial* 1881: 231). O *Inquérito Industrial* revela a existência de complicações financeiras por parte da cooperativa, essencialmente por dificuldades no acesso ao capital. Em 1880, as vendas realizadas contabilizaram o valor de 18 000\$000 réis e as despesas rondaram os 16 000\$000 réis, faltando ainda a inclusão do valor das despesas com os encargos do capital. A cooperativa centrou a sua estratégia na venda para os mercados interno e colonial e a gerência não deixou de frisar ao governo a sua inquietação perante a posição da fábrica nestes contextos comerciais, dada a concorrência de países como a Inglaterra, Bélgica e França. Dez anos depois do *Inquérito Industrial*, a imprensa ligada ao *Partido Socialista* afirmava que a cooperativa empregava 72 pessoas, com 90 sócios e um “lucro direto sobre o que produz” (*O Protesto*, 21 de junho de 1891: 2). No número seguinte foram expostos mais dados sobre o lucro em caixa da cooperativa, um valor que dividido pelos 90 sócios permitia redistribuir 500\$000 réis, mas que, segundo o jornal, tinham sido canalizados para o desenvolvimento da fábrica.

Os associados decidiram comprar um terreno para a construção e novas instalações e, para isso, solicitaram um empréstimo de 20 000\$000 réis por intermédio do Banco do Povo que, por seu turno, ficou com um capital superior a 10 000\$000 réis (*Comércio de Portugal*, 15 de maio de 1880: 1).

Das notícias publicadas sobre a produção da fábrica, destaque-se, o elogio, em 1882, da imprensa socialista sobre a construção de uma máquina de vapor horizontal com a força de 12 cavalos (*O Protesto*, 19 de novembro de 1882: 3). A sua conclusão foi realizada num clima de festa, com a presença de trabalhadores e associados que olhavam para os trabalhos industriais aí efetuados como uma prova do progresso da indústria do país e um triunfo do mundo operário. De facto, os socialistas enalteciam, com orgulho, a experiência da cooperativa, encarando-a como um exemplo da edificação da modernidade do Reino, erguida pelos próprios trabalhadores. Foi, de igual modo, o caso da apresentação de uma máquina a vapor com seis cavalos, construída, em 1885, sob a direção de um dos notáveis da fábrica, o engenheiro Canuto Rosa Victerbo e Sousa. O estabelecimento manterá a sua produção durante décadas, conseguindo importantes acordos com o Estado português, como foram as encomendas

para a construção e manutenção dos caminhos de ferro entre 1884 e 1886 (MAGDA 1988: 751).

No início da referida década, a cooperativa tinha sido responsável pela fundição e “acabamento da coroa para o monumento dos Restaurados” (*Comércio de Portugal*, 9 de junho de 1880: 2). Mais tarde, em 1891, à data da morte de Antero de Quental, a “cooperativa Indústria Social [...] suspendeu [...] o trabalho nas suas oficinas” (*O Economista*, 24 de setembro de 1891: 2). Tal postura não deixou de ser elogiada pelo campo socialista, que relembra à opinião pública a história da instituição, frisando que era “filha predileta do movimento iniciado por José Fontana e por Antero”. Na imprensa operária, temos a informação de que a Indústria Social aceitou realizar uma coroa de bronze, com uma dedicatória do socialismo português, com vista a ser colocada no túmulo de Antero de Quental (*O Protesto*, 27 de setembro de 1891: 3).

Em 1887 vários jornais relatam a ocorrência de uma greve contra a direção no interior do estabelecimento. A esfera pública divulgou notícias sobre o descontentamento dos trabalhadores e, rapidamente, a imprensa socialista entrou no debate para desmentir tais informações. O órgão do *Partido Socialista* acabou por confirmar a existência de um certo descontentamento nas fileiras da cooperativa, embora negue categoricamente a existência de greves, frisando que naquele espaço aquelas seriam “absolutamente injustificadas”. Os dirigentes socialistas alertaram a opinião pública para a existência do voto dos trabalhadores nas assembleias da cooperativa, enaltecendo o facto de, ainda nesse mesmo ano, os operários terem sido aumentados (*O Protesto*, 13 de novembro de 1887: 3).

No sentido de comemorar o décimo sexto aniversário da cooperativa, realizou-se, em dezembro de 1888, um jantar operário com a participação de ilustres figuras do socialismo e do republicanismo. A imprensa socialista destacou a referida iniciativa, salientando, de uma forma elogiosa, que finalmente o operário tinha o “direito de jantar, pelo menos uma vez na vida, no hotel Borges” (*O Protesto*, 9 de dezembro de 1888: 2). Importa verificar a diversidade de dirigentes políticos no evento: um representante da geração de 50, Sousa Brandão; dois internacionalistas da década de 70, Nobre França e Conceição Fernandes; o gerente da própria cooperativa, Carlos Alves; uma nova geração de socialistas, como Luís de Figueiredo e Augusto Fuschini. Além destes, os jornais destacaram a presença dos republicanos Magalhães Lima e Elias Garcia. Para além da homenagem à própria Indústria Social, durante o jantar o ideário socialista foi enaltecido, não sendo esquecida a menção a José Fontana e ao movimento grevista de 1872 (*O Protesto*, 9 de dezembro de 1888: 2).

Entre os meses de março e julho de 1888, vários proprietários dos estabelecimentos de metalurgia juntaram esforços e apresentaram publicamente

uma representação ao parlamento a protestar contra a ausência de proteção à indústria do ferro nacional. O sector do ferro reivindicava, junto dos deputados, a necessidade de decretar a obrigatoriedade de consultar, em primeiro lugar, a indústria nacional para todos os concursos de obras no continente e nas colónias (*Comércio de Portugal*, 7 de março de 1888: 2). Mais tarde, em julho, é divulgada na imprensa a apresentação de uma nova representação que criticou a exportação de material ordenada pela Companhia do Gás de Lisboa. O sector do ferro contestou a ausência de consulta às fábricas nacionais sobre os produtos em ferro e as tubagens que a companhia pretendia encomendar. Deste modo, o protesto pretendia demonstrar que o tecido industrial nacional, particularmente do ferro, estava a ser prejudicado. Curiosamente, tais críticas foram assinadas por diversos estabelecimentos do ferro, inclusive pela própria cooperativa Indústria Social que, deste modo, assumia uma postura em defesa da produção nacional, juntando o seu nome ao patronato e aos antigos adversários, como era o caso da companhia Perseverança (*Comércio de Portugal*, 6 de julho de 1888: 1). A cooperativa foi uma voz com algum relevo na esfera pública, nomeadamente pelo destacado papel que conseguiu obter em assuntos relacionados com a produção do ferro. Em 1880 um gerente do estabelecimento – o operário Joaquim Crisóstomo Martins da Silva – afirmava que pretendia “competir em perfeição [...] com os produtos estrangeiros” (*Comércio de Portugal*, 14 de outubro de 1880: 3). Nesse ano foi anunciado na imprensa que a fábrica tinha movimentado perto das “300 toneladas de fundição por ano” (*Comércio de Portugal*, 24 de dezembro de 1880: 2).

Em 1889, a Indústria Social, juntamente com outras associações operárias de Lisboa, participou na iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa com o objetivo de enviar operários à exposição industrial a realizar em Paris entre julho e agosto de 1889. Em março desse ano foram eleitos os operários que visitariam a exposição, constando, em representação da cooperativa, Sousa Brandão. Entretanto, tinha chegado a Portugal um importante dirigente socialista francês, André Gely, que ambicionava convencer o movimento operário português a participar no intitulado congresso *possibilista*<sup>2</sup>. O tipógrafo francês realizou uma visita à cooperativa acompanhado pela elite socialista portuguesa (*O Protesto*, 24 de março de 1889: 3).

---

<sup>2</sup> O congresso contou com a participação dos delegados Francisco Viterbo de Campos (eleito pelas organizações socialistas do Norte), Manuel Luís de Figueiredo (eleito pelas organizações do Sul) e o próprio André Gely (eleito pelo jornal *A Voz do Operário*).

## Breves considerações

A Indústria Social nasceu da necessidade de garantir emprego e assistência aos grevistas do sector do ferro, sendo uma alternativa que pretendia entregar os meios de produção aos próprios trabalhadores. A criação da cooperativa resultou de uma nova dinâmica, que se expressou no aparecimento de uma nova forma de resistência perante os conflitos sociais inaugurados com o movimento grevista. O campo socialista desenvolveu uma estratégia discursiva peculiar em torno desta organização, numa comunicação direcionada para o espaço público que pretendia angariar simpatias para este protótipo industrial e convencer da importância de proteger e desenvolver a indústria portuguesa evitando, assim, a necessidade de importar máquinas do estrangeiro (*O Protesto*, 18 de fevereiro de 1883: 2).

O modelo de negócio instituído na instituição pretendia vender maquinaria e outros produtos no mercado português. O estabelecimento conseguiu concretizar essa dinâmica e até uma interação com o poder político, ganhando alguns concursos públicos, como foi o caso do material vendido para as linhas férreas. Os recursos humanos, materiais e a especialização existentes foram o suficiente para atribuir uma substancial importância à fábrica no sector do ferro. Assim, funcionou como um espaço privilegiado para demonstrar a modernidade e a tecnologia da época. Por exemplo, neste espaço fabril foi apresentado publicamente um novo extintor em Portugal para o combate aos incêndios de fabrico norte-americano (*Jornal da Noite*, 27 de junho de 1891: 2). Nunca revelou problemas em articular e integrar a sua produção no mercado, procurando conviver com o restante sector do ferro. No entanto, vai enfrentar crises financeiras, dificuldades no acesso ao capital e na redistribuição dos lucros.

Ao longo do tempo, a cultura da fábrica pouco mudou e a sua responsabilidade social permitiu o acesso ao trabalho a várias dezenas de trabalhadores. O trabalho noturno estava proibido e existiram esforços para diminuir as horas de trabalho, garantir ordenados significativos e uma certa proteção social, estimular a aprendizagem, proteger os menores e desenvolver a indústria. Este modelo de gestão não pretendeu desvirtuar a ideia primitiva sobre a questão da propriedade da fábrica. Até ao final da monarquia, a cooperativa vai continuar a espelhar a ideia primordial de que não tinha, nem pretendia ter, um proprietário e privilegiava o papel dos associados e dos trabalhadores na gestão da mesma.

O estabelecimento continuou a produzir durante a República, a Ditadura Militar e o Estado Novo. Em 1930 encontramos ainda a Indústria Social em laboração, na Vinte e Quatro de Julho, com 58 operários (PISTOLA 2009: 100). O seu legado representa uma importante parte da história do cooperativismo em Portugal e,

embora ao longo do século XX tenha uma identidade totalmente distinta daquela que foi erigida em 1872, deve ser frisada a sua longevidade, que vai, tanto quanto se sabe, pelo menos desde a sua fundação na Monarquia aos anos 30 do século XX.

O propósito de concretizar a ideia deste organismo fabril permitiu uma colaboração entre o prestigiado Sousa Brandão e a nova geração de socialistas, mais concretamente, José Fontana. De facto, a cooperativa representa um espaço onde convergem as gerações de 50 e 70. O trabalho destas duas figuras torna a própria fábrica num símbolo político para a memória do campo socialista. A Indústria Social vai-se constituir num património comum, claramente transversal às diversas sensibilidades sentidas no campo socialista e, deste modo, acaba como espaço aglutinador, mas que não deixa de ser disputado. Os socialistas tentaram sempre manter a cooperativa no seu campo gravitacional e colaborar com o movimento operário, como foi o caso da doação mensal de 1 000\$000 réis para a publicação de um periódico que espelhe os interesses (O Protesto Operário, 19 de julho de 1891: 3).

A experiência coletiva da fábrica, que decorre de uma outra experiência coletiva (greve), foi recorrentemente recordada e elogiada. A 4 de outubro de 1910, *O Século* aproveitou a publicação do livro de Campos Lima sobre o movimento operário em Portugal para afirmar que o movimento grevista em Portugal tinha iniciado em 1872 (*O Século*, 4 de outubro de 1910: 7). A Indústria Social foi mais do que um lugar de produção, foi, de igual modo, um organismo com um enorme simbolismo que celebra uma nebulosa grevista fundamental para o movimento operário, colocando-o no centro dos grandes debates públicos. Nesse sentido representa uma vitória nas batalhas políticas travadas em torno da melhoria das condições de vida dos trabalhadores tornando-se, deste modo, um *lugar de memória* do movimento grevista de 1872-73 sob a alçada da Fraternidade Operária e da Primeira Internacional.

Ainda assim, a relativa autonomia das cooperativas é também evidente neste caso, uma vez que conseguiu sobreviver durante décadas com relativo sucesso independentemente das transformações, vitórias e derrotas do movimento operário que está na génese da sua criação.

## **Bibliografia**

### **Fontes impressas**

AAVV (1892). *Homenagem a José Fontana*. Lisboa: Typ. Do Repórter.

AAVV (1877). *Resumo Oficial das Actas do 1º Congresso dos Operários Socialistas*

em Portugal. Lisboa.

*Inquérito Industrial de 1881* (1881). *Visitas às fábricas, Distrito administrativo de Lisboa*, Livro primeiro. Lisboa: Imprensa Nacional.

GOODOLPHIM, Costa (1974). *A Associação. História e desenvolvimento das Associações Portuguesas*. Lisboa: Seara Nova.

LIMA, Magalhães (1985). *Episódios da minha vida*, 1º volume. Lisboa: Perspetivas e Realidade.

## Fontes manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Partido Socialista Português, NC 002, Actas da Federação das Associações de Classe (1895-1896).

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, PSP – Conselho Geral, NC 038, Correspondência remetida (1916-1919).

Instituto de História Social (Holanda), Carta de Nobre França para Engels, 17 de setembro de 1872, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2028.

Instituto de História Social (Holanda), Carta de José Fontana para Engels, 24 de janeiro de 1873, *Karl Marx/ Friedrich Engels Papers*, 1704.

Instituto de História Social (Holanda), Carta de Nobre França para Engels, 17 de agosto de 1873, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 2028.

Instituto de História Social (Holanda), Carta de Azedo Gneco para Engels, 18 de janeiro de 1876, *Karl Marx/Friedrich Engels Papers*, 1753.

Instituto de História Social (Holanda), Carta de Nobre França (Lisbon 1892), *Copy of a parte of a letter published in Lima 's Socialismo na Europa, Max Nettlau Papers*, 2867.

## Periódicos

*Comércio de Portugal* (1880-1888).

*Diário de Notícias* (1872-1890).

*Diário do Governo* (1872-1880).

*Jornal da Noite* (1891).

*O Diário Popular* (1872-1873).

*O Economista* (1891).

*O Pensamento Social* (1872-1873).

*O Protesto* (1876-1894).

*O Século* (1910).

## Bibliografia

- ABENDROTH, Wolfgang (1970). *Historia social del movimiento obrero europeo*. Barcelona: Editorial Estela.
- ALCÂNTARA, Ana Ramos (2019). *Espaços da Lisboa Operária. Trabalho, habitação, associativismo e intervenção operária na cidade na última década do século XIX*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: FCSH.
- BASTIEN, Carlos (1997). “Os primeiros leitores portugueses de Marx economista”. *Vértice*, 79, 34-49.
- BAPTISTA, José Alberto (2004). *João Bonança na cultura do seu tempo*. Lisboa: Edições Colibri.
- BAPTISTA, Virgínia (2016). *Protecção e direitos das mulheres trabalhadoras em Portugal (1880-1940)*. Lisboa: ICS.
- BARRETO, José (1981). “Os tipógrafos e o despontar da contratação colectiva em Portugal (I)”. *Análise Social*, 66, 253-291.
- BARRETO, José (1993). *Sindicalismo e política nos caminhos de ferro portugueses (1872-1961)*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- BATALHA, Cláudio H. M. (1992). “Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade?”. *Revista Brasileira de História*, 12, 111-124.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1981). *O Desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- CASTRO, Maria João de Abreu Mena Guimarães e (1999). *O Operário (1879-82) e o movimento socialista no Porto*. Dissertação de Mestrado. Porto: FLUP.
- CEREZALES, Diego Palacios (2011). *Portugal à Coronhada. Protesto Popular e Ordem Pública nos séculos XIX e XX*. Lisboa: Tinta-da-China.
- FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo (2003). “Os artesãos e a política na primeira metade do século XIX”, in Benedicta Maria Duque VIEIRA (org), *Grupos Sociais e Estratificação Social em Portugal no Século XIX*. Lisboa: CEHCP-ISCTE, 53-64.
- FONSECA, Carlos da (1973). *A origem da 1ª Internacional em Lisboa. O centenário da Federação Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa.
- FONSECA, Carlos da (s.d.). *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal I – Cronologia*. Viseu: Europa-América.
- HOBBSWAM, Eric (1982). *A Era do Capital 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LAINS, Pedro (2005). “A indústria”, in Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (org), *História Económica de Portugal, 1700-2000*, Vol II. Viseu: Imprensa de Ciências Sociais.

- LÁZARO, João (2014). *O Despontar do Movimento Operário Português na Esfera Pública. Das práticas ao debate parlamentar (1850-1860)*. Lisboa: Chiado Editora.
- LÁZARO, João (2019). “O Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas. Integração e rutura na sociedade portuguesa (1852-1873)”. *Revista Portuguesa de História*, 50, 67-85.
- LÁZARO, João (2019). “Associação Internacional dos Trabalhadores em Portugal (1871-1873)”. *Revista Mundos do Trabalho*, 11, 1-19.
- MÓNICA, Maria Filomena (1982). *A formação da classe operária portuguesa: antologia da imprensa operária (1850-1934)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- MÓNICA, Maria Filomena (1985). *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*. Lisboa: IN-CM/IED.
- NOGUEIRA, César (1964). *Notas para a História do Socialismo em Portugal (1871-1910)*. Lisboa: Portugália Editora.
- NORA, Pierre (1981). “Entre memória e história. A problemática dos lugares”. Yara Aunghoury (tradução). *Projecto História*, 10, 7-28.
- OLIVEIRA, César (1973). *O Socialismo em Portugal 1850-1900*. Porto: Afrontamento.
- PEDROSO, Alberto (1978). “O mandato da Federação Portuguesa da AIT a Paul Lafargue”. *Seara Nova*, maio, 1591, 26-28.
- PEREIRA, Joana Dias (2008). *Sindicalismo revolucionário — A história de uma idéia*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: FCSH.
- PEREIRA, Joana Dias, (2020). *Associativismo livre. Uma história de fraternidade e progresso (1834-1926)*. Lisboa: Almedina.
- PEREIRA, José Pacheco (1981). “A origem do movimento operário no Porto: as associações mutualistas (1850-70)”. *Análise Social*, 65, 135-151.
- PEREIRA, Miriam Halperm (1988). “Artesãos, operários e o liberalismo – dos privilégios corporativos para o direito do trabalho”. *Ler História*, 14, 41-86.
- PINHEIRO, Magda (1988). “A construção dos caminhos-de-ferro e a encomenda de produtos industriais em Portugal (1855-90)”. *Análise Social*, 101-102, 745-767.
- PINHEIRO, Magda (2008). *Cidade e Caminhos de Ferro*. Lisboa: CEHCP-ISCTE.
- PISTOLA, Renato José Bogalho Jorge da Silva (2009). *Alcântara, a evolução industrial de meados do século XIX ao final da 1ª República*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: FCSH.
- TENGARRINHA, José (1981). “As greves em Portugal: uma perspectiva histórica do século XVIII a 1920”. *Análise Social*, 67-68, 573-601.

- TENGARRINHA, José (1989). *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- RODRIGUES, Jacinto (1976). *Perspectivas sobre a Comuna e a 1ª Internacional em Portugal*. Lisboa: Slemes.
- SÁ Victor de (1978). *Formação do movimento operário português: memória de uma repressão*. Coimbra: Centelha.
- SÁ, Victor de (1981). “Problemas e perspectivas num inventário da imprensa operária portuguesa”. *Análise Social*, 67-68, 839-860.
- THOMPSON, Edward Palmer (1991). *The making of the english working class*. Penguin books.
- VILAÇA, Alberto (2005). *A Comuna de Paris e a 1.ª Internacional revisitadas em Portugal*. Porto: Campo das Letras.

